

Colonialidade do poder e os processos contemporâneos de instabilidade no Haiti

Ingrid Daniely Vale dos Santos *

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

*Autor correspondente. E-mail: ingrid.vale.072@ufrn.edu.br

Resumo

Como a perspectiva teórica decolonial pode ser mobilizada para compreender os processos contemporâneos de instabilidade no Haiti? Essa pergunta-problema guia este trabalho que apresenta uma análise dos atuais processos de instabilidade no Haiti sob a ótica teórica da descolonização latino-americana. Os objetivos específicos delineados nesta pesquisa são (i) investigar as distinções entre os processos de independência e descolonização no Haiti, com especial destaque para as contribuições teóricas decoloniais de Quijano e Mignolo; e (ii) identificar os desafios contemporâneos de instabilidade política e econômica no Haiti, sob a perspectiva da decolonialidade. Para alcançar tais metas, foram analisados indicadores de democracia, indicadores socioeconômicos e operações de pacificação, estruturados conforme um estudo de caso de caracterização. Os resultados obtidos a partir da pesquisa qualitativa e análise dos dados secundários do PNUD, IPC e Banco Mundial indicam que o Haiti não acompanhou o processo de modernização, o qual resulta das transformações trazidas pela globalização e pelo desenvolvimento tecnológico e científico. Isso é evidenciado pela sua incapacidade produtiva e pela constante submissão internacional. Neste cenário, torna-se claro que o modelo de Estado atual é permeado pela herança da colonialidade, sendo incapaz de estabelecer e gerenciar uma instituição democrática que seja robusta, soberana e efetiva na promoção da independência.

Palavras-chaves: Pós-colonialismo, Giro decolonial, Capitalismo, Sociologia da modernidade, Haiti

1. Introdução

Como a perspectiva teórica decolonial pode ser mobilizada para compreender os processos contemporâneos de instabilidade no Haiti? Essa pergunta-problema guia a pesquisa, marcada por uma história de fragilidades políticas, econômicas, ambientais no Haiti, panorama que contribui para a perpetuação de um ciclo de pobreza e vulnerabilidade, onde os recursos são escassos e a população luta diariamente para acessar alimentos básicos, água potável e serviços essenciais.

Com aproximadamente 4,97 milhões de pessoas, cerca de 50% da população vivendo em situação de insegurança alimentar, o Haiti enfrenta um quadro de desafios agravados pela ausência de um governo estável e pela crescente dominação de gangues violentas (IPC 2024). Segundo o relatório do Banco Mundial de 2024¹, o Haiti permanece como o país mais pobre na região da América Latina e do Caribe (LAC), e está entre os estados com menor desenvolvimento econômico global. Em 2022, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Haiti foi de US\$1.247,89, o menor do país na última década, representando o valor mais baixo na LAC que apresentou uma média de US\$ 16656,19. No Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, o Haiti ocupa a 163ª posição entre 191 países avaliados em 2021/2022 (PNUD 2023).

A participação desse país na economia global se relaciona diretamente com o aspecto social e tem sido influenciada tanto por fatores externos quanto pelas tensões históricas decorrentes da luta pela independência contra o domínio francês. Na realidade, todos os países que sofreram com o processo de colonização, tiveram que enfrentar diversas lutas em busca de independência, afirmação nacional, consolidação do estado e conformação constitucional. Embora o colonialismo tenha sido um fator importante na construção do capitalismo, ele não foi o único responsável.

Nesse sentido, reconhece-se que a modernidade está intrinsecamente ligada à colonialidade (Quijano 2005; Mignolo 2005; Maldonado-Torres 2016) e que a economia-mundo capitalista não poderia existir sem a exploração das Américas (Quijano e Wallerstein 1992). Contudo, isso não implica que toda produção da modernidade ocidental constitua um artefato colonial que necessariamente fomente o colonialismo (Maldonado-Torres 2016). Assim, para atingir os objetivos foram analisados indicadores de democracia, indicadores socioeconômicos e operações de pacificação, estruturados conforme um estudo de caso de caracterização, através da análise do discurso sociológico sobre a modernidade, com foco especial nas perspectivas pós-coloniais e decoloniais. Busca-se compreender os movimentos críticos em relação à modernidade europeia, especialmente no que diz respeito à observação da influência do capitalismo na compreensão da modernidade e da colonialidade no Haiti.

Com o intuito de alcançar os seus objetivos, o artigo está organizado em três seções, além desta introdução. A primeira seção explora o embasamento teórico desta pesquisa, através das teorias decoloniais e da análise da dependência histórico-estrutural latinoamericana. A segunda seção oferece uma visão do contexto histórico do Haiti, desde o período pré-independência até a situação atual, assim como os desdobramentos deste estudo. A seção final traz as considerações conclusivas deste artigo.

2. Modernidade e Coloniadidade: o giro decolonial e a dependência histórico-estrutural

Imersos numa sociedade construída pelo ocidentalismo, em que os padrões de poder, saber e ser são delineados pela colonialidade (Ballestrin 2013), o Novo Mundo e a América são invenções europeia-cristãs, e seus agentes foram as monarquias e, em seguida, os estados-nacionais do Atlântico. Assim, a colonialidade é interpretada como o lado menos visível da modernidade, e a sua parte indissociavelmente constitutiva (Mignolo 2017).

1. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects>.

As perspectivas pós-coloniais e decoloniais partem do pressuposto de que a modernidade se deu juntamente com o colonialismo desde o primeiro contato europeu com a América no final do século XV. A colonização da América foi desta forma, trazida como ponto para o entendimento e a crítica da ideia da modernidade construída (Mignolo 2005; Ballestrin 2013). Os movimentos teóricos decoloniais têm focado na insuficiência teórica em analisar as Ciências Sociais a partir de uma visão puramente eurocêntrica. Dessa crítica ao eurocentrismo, nasce o grupo latino-americano Modernidade/Colonialidade. Essa comunidade iniciou seus debates em 1998, após a divisão do Grupo de Estudos Subalternos, formado em 1992, que objetivavam organizar um debate interdisciplinar acerca da historiografia e das perspectivas subalternas latino-americanas (Ballestrin 2013).

Com base em Foucault e Derrida, dois expoentes ocidentais do pós-estruturalismo e pós-modernismo, o recém-formado grupo se dividiu entre aqueles que viam a subalternidade como integrante ou extensão dessas perspectivas, e os que advogavam por uma crítica anti-eurocêntrica mais radical, implicando, por conseguinte, uma ruptura com o paradigma epistêmico ocidental (Grosfoguel 2008; Ballestrin 2013).

Devido às discrepâncias teóricas, o grupo se dissolveu, dando origem ao conceito de decolonialidade. Ao observar a evolução do pensamento de Quijano (2005), podemos notar a transição de uma orientação inicialmente centrada na crítica ao desenvolvimentismo a partir das perspectivas da teoria da dependência para, a partir da década de 90, a defesa do giro decolonial. Dessa forma, é possível afirmar que Quijano sempre manteve como objetivo primordial tornar compreensíveis os fundamentos que fazem da América Latina um fenômeno distinto ou, "em termos weberianos, a individualidade histórica latino-americana" (Silva 2015, 207).

A reestruturação do grupo foi fundamentada nas conversas promovidas por intelectuais latino-americanos, incluindo figuras como Enrique Dussel, Immanuel Wallerstein, Edgardo Lander, Anibal Quijano e Walter Mignolo (Ballestrin 2013). Esses pensadores não veem a América Latina como simplesmente pós-colonial, e sim como uma continuação das condições históricas da Europa. Isso se deve ao fato de que, ao longo do século XIX, quando o domínio colonial inglês se estabeleceu sobre a Índia, na América Latina já ecoavam movimentos de independência que visavam à criação de Estados baseados no modelo institucional europeu. Por essa razão, Mignolo (2005) argumenta em favor da denominação não como pós-colonial, mas como pós-ocidentalista.

Mignolo (2007) aponta como obras clássicas da perspectiva pós-ocidentalista os trabalhos de Felipe Guamán Poma da Ayala, indígena peruano do povo Quechua, em *Nueva Corónica y Buen Gobierno* (1616)², e Ottobah Cugoano, um ex-escravo que escreveu *Thoughts and Sentiments on the Evil of Slavery*³. Estes autores foram pioneiros na formulação da teoria decolonial, ambos são fundamentais no pensamento

2. "*Nova Coroa e Bom Governo*" (em livre tradução). O manuscrito foi enviado ao rei Felipe III da Espanha em 1616. Trata de aproximadamente 1.200 páginas ilustradas à mão. Guamán Poma escreveu a obra com o objetivo de apresentar um relato detalhado da história e cultura dos povos indígenas do Peru, bem como de expor as injustiças e abusos cometidos contra os povos originários durante o período colonial espanhol.

3. "*Pensamentos e Sentimentos sobre o Mal da Escravidão*" (em livre tradução) é uma obra escrita por Cugoano em 1787 e publicada na Inglaterra. Neste texto, Cugoano argumenta vigorosamente contra a instituição da escravidão e defende os direitos e a humanidade dos africanos e afrodescendentes. O autor enfatiza a hipocrisia do discurso colonial que clamava por liberdade e igualdade, entretanto, mantinha a escravidão.

fortemente consolidado, em clara oposição a uma epistemologia de não pertencimento, inautêntica, incompleta ou defasada (Mignolo 2007; Silva 2015).

À luz destes autores, Anibal Quijano fundamenta o conceito de colonialidade do poder, que desencadeou uma transformação paradigmática na forma como concebemos a sociedade e a história, conforme observado por (Segato 2021, 43–44). Seus efeitos não se restringem mais à América Latina e ao Caribe, mas reverberam por todos os continentes. Além disso, Quijano rompe com o arcabouço do poder centralizado no ocidente, da mesma forma que ocorreu com movimentos como a teologia da libertação, a pedagogia do oprimido e a teoria da marginalidade, que desafiaram a teoria da dependência. Assim, a formação dessa abstração da civilização ocidental se deu para Mignolo, alicerçada em uma matriz de dominação colonial formulada por Quijano (Segato 2021; Silva 2023).

Quijano (2000) defende que a construção do conceito de colonialidade do poder, mesmo com a descontinuação do antigo modelo colonial de dominação, as relações desenvolvidas em e por essa estrutura não cessaram e deixam marcas no sistema-mundo moderno. Ainda que não esteja sob o controle de um império colonial, a periferia continua envolta nas garras de regimes criados e financiados pelos beneficiados na colonialidade (Quijano e Wallerstein 1992).

A terminologia colonialidade do poder refere-se, portanto, a um processo essencial na organização do sistema-mundo moderno/colonial, que interliga as regiões periféricas da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inserção de migrantes provenientes do Sul Global na hierarquia étnico-racial das metrópoles globais (Grosfoguel 2008). Mignolo (2010, 12) por sua vez, amplifica o conceito de colonialidade para além do poder como sinônimo de dominação. Define como "uma estrutura complexa de níveis entrelaçados" que abrange eixos que vão do controle da economia ao conhecimento e mesmo à natureza, com o uso dos recursos naturais.

Se o poder, para Quijano (2014), é compreendido como um espaço e uma rede de relações sociais de exploração, dominação e conflito, essencialmente estruturadas em função da disputa pelo controle do trabalho e seus produtos, da natureza, do sexo, da subjetividade e da autoridade, então a colonialidade do poder envolve a articulação dessa rede em torno do conceito de raça (Quijano 2005; Silva 2015). Essa articulação conduz à naturalização das diferenças culturais, étnicas e fenotípicas, solidificando as hierarquias sociais baseadas nessas distinções percebidas (Silva 2015).

À luz de Quijano (2000, 2005) a colonialidade manifesta-se principalmente por meio de uma divisão racial/étnica global do trabalho, onde as identidades raciais historicamente construídas continuam a determinar o acesso ao capital econômico e social. Esta divisão não é meramente um resquício do passado, mas uma realidade recorrente que configura as interações econômicas e as políticas migratórias contemporâneas. Nessa lógica, o capitalismo, desde suas origens, está intrinsecamente ligado ao projeto colonial. "Isso não significa que tudo produzido pela modernidade ocidental seja um artefato colonial que inevitavelmente promova o colonialismo" (Maldonado-Torres 2016, 11).

Este vínculo é evidenciado na forma como as potências coloniais controlam os recursos naturais e laborais nas colônias, configurando um sistema de acumulação

de capital que beneficia predominantemente o Ocidente. O sistema-mundo moderno/colonial, portanto, é marcado por um centro econômico e político dominante que impõe suas regras e normas ao restante do mundo, e perpetua desigualdades econômicas e sociais. No que diz respeito à divisão internacional do trabalho, Spivak (2014) também aborda o modo como os subalternos, especialmente o Sul Global, são frequentemente explorados e desfavorecidos pelos sistemas econômicos globais. A autora defende como as relações de poder contribuem para a subalternidade, já que muitos países estão em posições desfavorecidas, o que dificulta sua capacidade de se fazer ouvir dentro do próprio sistema de poder estabelecido.

Uma vez que a independência das colônias não confere necessariamente uma quebra das amarras do processo da colonialidade. Mignolo (2017) toma como exemplo as recentes emancipações de algumas nações caribenhas e latino-americanas, que mesmo conquistada institucionalmente sua soberania, não fez com que suas bases sociais se transformassem em um modelo a ser reproduzido, visto que a colonialidade intrínseca ainda tem como matriz o padrão europeu, como é o caso do Haiti que será analisado no decorrer deste artigo.

Assim, a América Latina existente hoje é apenas o resultado da expansão colonial europeia e de suas perspectivas e explanações diante dessa expansão (Mignolo 2005), e é somente como continuidade dos seus desdobramentos que a Inglaterra ultrapassa a Espanha enquanto potencia e abre a segunda fase da modernidade no século XVIII. Quijano (2000) interpreta esse sistema-mundo moderno que nasce com a formação do circuito comercial do Atlântico no século XVI, como a base das relações de dominação para o desenvolvimento do capitalismo como se conhece atualmente, centradas entre os pilares de raça, gênero e trabalho (Ballestrin 2013).

Esse cenário sinaliza uma das transformações fundamentais no novo paradigma global. A partir do século XVI, as áreas colonizadas são anexadas pelas potências europeias como territórios ultramarinos, como foi o caso das designadas "Índias Ocidentais", que foram integradas a essas terras na nova definição de modernidade sob a perspectiva dos colonizadores. O ocidentalismo, conseqüentemente, emerge como a expressão proeminente desse paradigma, sendo a própria narrativa e representação que a civilização ocidental construiu de si própria, os meios pelos quais ela se definiu por meio do discurso estatal e intelectual, solidificando-se como a entidade soberana da modernidade. Diante disso, nessa fase inicial de expansão, compreendida entre 1500 e 1750, a América (Mignolo 2007, 2017).

A próxima iteração do orientalismo surge com a ascensão de França e Grã-Bretanha à hegemonia global no século XVIII. Esta fase foi crucial não apenas para o desenvolvimento da concepção do Ocidente, mas, principalmente, para as formas de interpretação das regiões subjugadas, servindo como justificativa para o imperialismo. Com essa reconfiguração da ordem global, o Oriente passou a ser percebido como a contraparte distante e enigmática, um contraste à nova cultura progressista derivada da própria autodefinição do Ocidente (Grosfoguel 2008; Ballestrin 2013). Segundo Mignolo (2017), o pensamento decolonial se manifesta desde a formação mesma da modernidade/colonialidade, atua como sua contrapartida, enquanto o processo de descolonização se dá no século XIX nas colônias espanholas. Quijano (2000, 342) afirma que "a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão

mundial de poder capitalista".

Trata de um processo alicerçado na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder que opera em cada um dos planos, domínios e âmbitos físicos e etéreos da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América (Ballestrin 2013). Para Mignolo (2017), a história do Ocidente está intrinsecamente ligada a relações de domínio. O autor aponta que, a partir da Revolução Industrial, a renovação do categorizado como modernidade se banha nos rios da "descartabilidade da vida humana". A ascensão do livre comércio está diretamente vinculada à normalização de pôr o homem como mercadoria.

O comércio de escravos africanos e o trabalho forçado indígena pelos portugueses e espanhóis, aliados à exploração e destruição das colônias pelos ingleses e franceses aconteciam em paralelo ao desenho de novas instituições e regras para um projeto de modernidade europeu (Mignolo 2017). Ao sangue da colonialidade, o Novo Mundo emerge. Para Mignolo (2005, 18) "a descoberta da América e o genocídio de índios e escravos africanos são o próprio fundamento da modernidade, mais do que as Revoluções Francesa ou Industrial."

As histórias mundiais dos últimos quinhentos anos são, segundo Mignolo (2003), estruturas impostas fundamentadas em projetos globais, desde a geopolítica na divisão dos continentes persistente até hoje com a ordem econômica do mercado, implícita na qual, "existem a missão crista do colonialismo moderno inicial, a missão civilizadora da modernidade secularizada e os projetos de modernização posteriores a Segunda Guerra" (Mignolo 2003, 47).

Nesse cenário, a modernidade e a definição da função europeia nos eventos históricos, nos quais os povos subalternos permaneceram silenciados. Por isso, Mignolo defende que modernidade e a continuação da colonialidade, e a reprodução dessa matriz de poder colonial que subjaz o domínio europeu e norte-americano sobre o Atlântico. Assim, trata-se de dar voz às experiências históricas locais que possam romper com esses projetos globais, num projeto que Mignolo denomina de giro decolonial (Mignolo 2003).

Por fim, Mignolo (2005, 18) resume esse projeto em seis premissas apresentadas no quadro a seguir.

A história, portanto, para Mignolo (2005) é uma regalia concedida pela modernidade europeia e para ter história é preciso deixar-se colonizar. Em outras palavras, aderir voluntariamente ou por repressão o plano de submissão do colonizador seja numa perspectiva histórica, social, intelectual, econômica, familiar ou religiosa. Essa concepção de colonizador, com poucas diferenças, foi adotada como modelo oficial dos EUA na configuração do sistema internacional⁴. Já, a figura do reprimido é assumida por inúmeros países que vivem na periferia do sistema-mundo, como é o caso do Haiti (Mignolo 2005).

A América emerge como o ponto de partida primordial de um sistema de poder com aspirações globais, tornando-se assim a primeira expressão da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se uniram na formação desse contexto específico,

4. Nesse aspecto adota-se a compreensão de nova ordem mundial resultante do novo sistema internacional unipolar do pós-Guerra Fria.

Tabela 1. Premissas do Projeto Giro Decolonial

| Giro Decolonial | | |
|-----------------|-------|--|
| | (i) | A modernidade e a colonialidade são inseparáveis, sendo esta última uma parte essencial da primeira; |
| | (ii) | O mundo moderno/colonial e a matriz de poder colonial correspondente surgiram no século XVI, com a descoberta/invenção da América sendo o componente colonial da modernidade, cuja expressão mais visível é a renascença europeia; |
| Premissas | (iii) | O Iluminismo e a Revolução Industrial são eventos históricos derivados da invenção da América; |
| | (iv) | A modernidade representa o processo histórico pelo qual a Europa iniciou sua ascensão à hegemonia mundial. No entanto, sua face obscura é a colonialidade; |
| | (v) | O capitalismo, tal como o conhecemos, está intrinsecamente ligado à concepção de modernidade, e sua sombra é a colonialidade; |
| | (vi) | O capitalismo e a modernidade/colonialidade passaram por um segundo momento de transformação após a Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos assumiram a liderança imperial que anteriormente havia sido exercida, em diferentes momentos, pela Espanha e pela Inglaterra. |

Fonte: Elaboração própria a partir de Mignolo (2005, 18).

estabelecendo-se como os pilares fundamentais desse novo arranjo de poder. De um lado, houve a categorização das disparidades entre os conquistadores e os conquistados com base na concepção de raça, isto é, na pressuposição de uma distinta diferenciação biológica que relegava um grupo a uma suposta condição de inferioridade em relação ao outro (Mignolo 2005).

Essa ideia foi adotada pelos conquistadores como o elemento primordial, a pedra angular, das relações de domínio que a conquista demandava. Com base nesses pressupostos, a população das Américas, e posteriormente do mundo, foi classificada dentro desse novo paradigma de poder. Por outro lado, houve a consolidação de todas as formas históricas de controle sobre o trabalho, seus recursos e seus produtos, em torno do capital e do mercado global (Mignolo 2005).

Em *O Capital*, Marx (2013) realiza uma análise crítica do sistema capitalista, enfatizando a sua conexão com as disparidades socioeconômicas. Ele argumenta que as relações de produção desempenham um papel crucial na configuração da sociedade e da consciência humana. No entanto, Du Bois (2007) contesta a abordagem marxista, apontando suas limitações na compreensão das questões raciais. Ele ressalta que a raça e o racismo exercem uma influência central na experiência da população negra, que não pode ser completamente explicada pelo prisma econômico.

Posteriormente, a teoria social contemporânea sublinha que, em Marx, o colonialismo é percebido apenas como um estágio histórico anterior ao capitalismo e ao comunismo. Segundo essa perspectiva, a revolução burguesa, que leva ao estabelecimento do capitalismo, deveria preceder necessariamente a revolução socialista. Isso implica que as regiões periféricas do mundo estariam, desde então, excluídas do movimento revolucionário. Como bem coloca Castro-Gómez (2005, 19), para Marx, o colonialismo é concebido como um vestígio do passado na era da modernidade e, portanto, desapareceria por completo com a crise global que daria origem ao comunismo.

Na sessão a seguir será possível observar as condições da ferida colonial, o sentimento de inferioridade imposto aos seres humanos que não se enquadram no modelo predeterminado nos padrões euro-americanos (Mignolo 2005). Através de uma análise profunda das complexas dinâmicas de poder e opressão que têm afetado o Haiti desde os seus primórdios. Fundado como a primeira nação independente liderada por pessoas escravizadas, o país enfrentou uma série de desafios políticos, econômicos, sociais e ambientais ao longo de sua história. Estas vulnerabilidades estão intrinsecamente ligadas à persistência da colonialidade e à imposição de padrões euro-americanos, ilustrando como o legado da opressão colonial continua a moldar o destino do país caribenho (Spivak 2014).

3. Colonialidade para além do poder: a ferida colonial haitiana

O Haiti, desde sua fundação, apresenta vulnerabilidades políticas, econômicas, sociais e ambientais. A inserção do país na economia global está interligada ao seu aspecto social, o qual pode ser uma variável crucial para analisar as persistências das heranças coloniais no Haiti (Pinto 2018). Para entender esse contexto e suas repercussões, é imprescindível traçar um panorama histórico que precede a independência até a situação atual.

Trata-se de uma ilha que era habitada, há mais de 7000 anos, por povos aruaques e tainos quando, em 1492, Cristóvão Colombo chega ao local e passa a chamar a ilha de Hispanhola e seus moradores recebem a denominação de índios (Pinto 2018). Nas primeiras decisões europeias no Haiti já é possível perceber a imposição de uma categorização racial/étnica para os povos originários e a atribuição de um nome para as terras, sinal do domínio colonial. Os aruaques e tainos desenvolviam suas próprias culturas e eram senhores das terras, porém, estas passaram a ser reivindicadas pela Coroa de Castela, que iniciou a escravização desses povos para a realização de trabalho na agricultura, na cerâmica e na extração do ouro. Com o passar do tempo, os nativos foram totalmente aniquilados (Pinto 2018).

A escassez de mão de obra originária levou ao tráfico de aproximadamente 30 mil africanos, que foram compelidos a trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar, uma vez que esse cultivo substituiu a mineração de ouro (Pinto 2018). Em 1629, os franceses chegaram à região e, após diversos conflitos com os espanhóis, a ilha foi dividida pelo Tratado de Rijswijk, de 1697, no qual a Espanha cedeu território à França (Freitas 2011), passando a ser conhecida como Saint-Domingue. São Domingos, no final do século XVIII, era considerada "a pérola das Antilhas, a mais rica colônia da monarquia francesa, na época, com sete mil e oitocentas propriedades agrícolas, onde se produziam café, algodão e, sobretudo açúcar" (Seitenfus 2014). Afinal, como a mão de obra era escrava, os lucros eram significativos.

Para garantir essa riqueza era necessária uma organização social colonial estruturada. No topo, os grandes brancos: homens, heterossexuais, europeus, patriarcais, cristãos, capitalistas, proprietários e comerciantes de monocultura, como também os oficiais da monarquia francesa. Em seguida, os brancos pobres, que eram os homens de ocupações de baixa renda, como professores e artesãos. A branquitude correspondia a aproximadamente 40 mil pessoas. Na base da pirâmide social estavam os mulatos, que totalizavam 28 mil pessoas e eram cidadãos livres, que não possuíam o mesmo status social e direitos políticos desfrutados pelos brancos. Por fim, a mais abrangente camada social: os negros, reuniam mais de 452 mil escravos (Grosfoguel 2008; Pinto 2018).

Nesse mesmo sentido James (2000) examina como as diferentes classes sociais e grupos de interesse estavam envolvidos no processo de independência haitiano. O autor observa que havia uma diversidade de interesses entre os escravizados, os ex-escravizados, os trabalhadores livres, os proprietários de plantações e os colonos. Assim, desenvolve uma análise marxista centralizada em como a economia de plantação, baseada na exploração escravista, influenciou as relações sociais e políticas no Haiti e como essa dinâmica contribuiu para as tensões que levaram à Revolução haitiana,

Essa divisão social trouxe profunda insatisfação popular e resultou em rebeliões, guerra civil e insurreição escrava. Para Étienne (2007, 85) o objetivo da insurreição era a aniquilamento dos brancos como força social e política e na ascensão de duas classes: os antigos livres mulatos e novos livres negros (Pinto 2018). Esse cenário de desestabilização social na ilha foi fruto da Revolução Francesa iniciada em 1789. Em tal panorama, para Farmer (2006, 61), os grandes proprietários e comerciantes aproveitaram-se do contexto da metrópole para assumir o controle da Assembleia Colonial e excluir os mulatos e os brancos pobres de qualquer participação no processo

decisório (James 2000; Pinto 2018).

Diante desse palco de revoltas e rebeliões, Toussaint L'Ouverture⁵ liderou a primordial revolta dos escravos e declarou-se Tenente-Governador, em 1796. Substituiu a mão de obra escrava pela remunerada, o que resultou na retirada do monopólio comercial francês para expandir as relações comerciais com a Inglaterra e os Estados Unidos (James 2000). Em 1801, com a estabilização política da França, Napoleão Bonaparte enviou uma missão militar liderada pelo capitão-general Leclerc, a fim de capturar Toussaint L'Ouverture e retirá-lo do poder. A missão logrou êxito: Toussaint foi capturado e encaminhado para a França, onde faleceu em uma prisão. Após a sua captura, Jean-Jacques Dessalines conduziu a retomada do combate (James 2000; Pinto 2018).

Como a França não era capaz de opor-se, em razão de estar destituída de soldados para enviar à ilha, dado que seu exército se encontrava em guerra na Europa, os poucos que se encontravam na batalha acabaram sucumbindo ao serem acometidos por doenças tropicais, como a febre amarela. O mesmo ocorreu com o capitão Leclerc, que faleceu em 1802. Assim, a iniciativa francesa para conter a rebelião na colônia fracassou (Freitas 2011; Pinto 2018).

O novo Estado haitiano foi alicerçado, sobre os escombros de Saint-Domingue, pelas elites políticas. O país suportou treze anos de luta até alcançar a sua independência, em 1804. São Domingos foi a segunda colônia do continente americano a se tornar independente (Freitas 2011). James (2000) situa a Revolução Haitiana no contexto mais amplo das lutas de libertação e movimentos revolucionários que estavam ocorrendo em todo o mundo naquela época. Ele a vê como parte integrante das Revoluções Atlânticas e como um evento que ecoou os ideais de liberdade e igualdade que estavam sendo promovidos em outras partes do mundo.

Entretanto, a independência não foi suficiente para dissipar com a estrutura social da ex-colônia francesa que manteve a centralização do poder nas mãos de uma minoria, em decorrência da subordinação econômica os conflitos sociais se acentuaram. Em 1824, a França reconheceu a emancipação política do Haiti, mas exigiu que fosse indenizada pela perda da colônia. O declínio francês para o Haiti provocou uma insatisfação geral no Ocidente. Ademais, a supremacia da raça branca sobre as demais era algo irrefutável para as potências hegemônicas, além de servir como incentivo para outros povos colonizados (Freitas 2011; Pinto 2018). Sobre esse tema, Ricardo Seitenfus (2014, 34) afirma que "Paris deve reagir, pois o caso haitiano pode servir de exemplo e indicar o caminho para a conquista da dignidade dos povos colonizados. O Ocidente colonialista e racista, inspirado pela posição francesa, define uma estratégia cuja aplicação se estenderá ao longo de dois séculos, alcançando os dias atuais." De fato, um exemplo deste descontentamento foi o não reconhecimento da soberania do país tanto pela França, quanto pelos Estados Unidos, que, na época, cresciam em termos de força política na América.

O Estado foi alvo de bloqueio econômico no século XIX, a estratégia foi adotada

5. Toussaint L'Ouverture (1743-1803) foi uma figura central na luta pela independência do Haiti. Nascido escravo na colônia francesa de Saint-Domingue, L'Ouverture emergiu como líder da Revolução Haitiana em 1791, que culminou na abolição da escravidão e na independência do país em 1804. Sua habilidade política e militar permitiu-lhe manipular poderes estrangeiros e contrabalançar facções internas, fazendo dele um herói nacional no Haiti e um ícone da resistência contra a opressão colonial e a escravidão.

pelos Estados Unidos, com intuito de manter o mar do Caribe intransponível para os haitianos. Dessa forma, eles ficavam presos em sua própria ilha incomunicáveis com o restante do mundo, bem como impossibilitados de fazer parte do comércio mundial, sem dar continuidade à forte produção de commodities com a falta de investimento e tecnologia (Pinto 2018; Figueiredo 2006). Com a recente autonomia, os haitianos estabeleceram um aparelho institucional familiar a eles: o padrão francês (Figueiredo 2006). Em 1820, com a morte do governante Henri Christophe, foram os haitianos descendentes de brancos, que não haviam trabalhado como escravos, que ocuparam o poder. Eles consideravam-se mais capacitados e civilizados por visualizarem-se mais próximos aos costumes deixados pelos franceses.

Mesmo após a independência, o fardo das práticas coloniais, de produção de literatura ou continuação de costumes, ainda era disseminado pelas elites com objetivo de distanciar-se cada vez mais da imposição do que era considerado “bárbaro” pelos franceses. Assim, para Pierre Buteau (1993), da ocupação americana em 1915, às trocas de governo caóticas e sangrentas de 1934 a 1957 ao regime duvalierista até 1986, o Haiti ainda não havia se desprendido da herança colonial deixada e firmado cultura, legislação e práticas políticas embasadas nas necessidades da maioria de sua própria população.

O Haiti, então, não aparece como sujeito marginalizado mas como proletariado inserido no capitalismo global. É, portanto, crucial refletir sobre como poderiam agenciar sua fala. Como poderiam articular poder, desejo e interesse? É importante reconhecer que a violência epistêmica é perpetuada pelo intelectualismo que presume poder falar em nome do subalterno, tornando-se cúmplice do imperialismo e, assim, reproduzindo as estruturas de poder e opressão (Spivak 2014).

Para Maldonado-Torres (2016, 13) a catástrofe metafísica pode ser entendida como:

a produção de zonas de ser humano e zonas de não-ser humano ou não ser humano o suficiente. Viver na zona de ser humano significa encontrar-se, os outros e as instituições da própria sociedade afirmando seu status como um ser humano completo, com uma ampla gama de potenciais e possibilidades, mesmo em condições precárias de pobreza. Viver na zona de sub-humanidade significa, não apenas que não se deve ter fácil acesso aos meios básicos de existência, mas também que é normal para tudo e todos, inclusive para si mesmo, questionar a própria humanidade.

No contexto da modernidade/colonialidade, Maldonado-Torres (2016) defende a noção de humanidade e os ideais de interação inter-humana emergem como essa profunda catástrofe metafísica, que marca uma significativa "reviravolta" na história humana. Esse conceito sugere uma divisão global das populações não apenas por práticas ou crenças específicas, mas por níveis atribuídos de humanidade. Esta divisão, essencialmente metafísica, alterou profundamente a compreensão e as relações das dimensões fundamentais do ser e do pensar, afetando diretamente a percepção do "eu" e do "outro", além de conceitos como temporalidade e espacialidade. Essa reconfiguração das bases do pensamento e da existência é refletida na trajetória histórica de regimes de opressão, como o genocídio indígena nas Américas, o comércio transatlântico de escravos e a escravidão racial.

Especificamente no caso do Haiti, a catástrofe metafísica exemplifica como as dinâmicas de modernidade/colonialidade moldaram e continuam a moldar realidades

nacionais e culturais. O Haiti, como parte do sistema-mundo moderno, sofreu e continua sofrendo os efeitos das práticas colonialistas e dos modelos de estado-nação que são considerados "modernos" e superiores. Estes modelos têm perpetuado estruturas de poder e conhecimento que sustentam a colonialidade, influenciando diretamente a governança e a organização social no país (Maldonado-Torres 2016).

Assim, a catástrofe metafísica não somente ajudou a promover catástrofes demográficas, mas também continua a influenciar a colonização e marginalização de territórios como o Haiti dentro do sistema-mundo moderno. A persistência dessa catástrofe nas práticas e ideologias que sustentam o sistema mundo moderno/colonial (Maldonado-Torres 2016). A corrupção e o uso da força entre trocas de governo sempre estiveram presentes no aparato institucional haitiano, em função da fragilidade do Estado, que carece de um sistema político sólido que funcione para a própria manutenção da soberania do país. Essa vulnerabilidade, impulsionada por uma tentativa de golpe de Estado pelo exército em 1991, foi motivo para a instalação de operações para manutenção da paz das Nações Unidas no país a partir de 1993 (Matijascic 2010; Corbellini 2009).

A operação mais duradoura foi a MINUSTAH⁶, com início em 2004 e fim em 2017. Nesse cenário de exílio do presidente Jean-Bertrand Aristide e a probabilidade de uma guerra civil, a MINUSTAH entra em ação no país com um sistema de serviços públicos básicos defasado e presença de gangues (Minustah), cerca de 20 países participaram com o suporte de tropas para a ação. Em 2010, a situação se agravou com o sismo do Haiti, um terremoto de magnitude 7.0 na escala Richter que deixou mais de 250 mil vítimas.

A MINUSTAH não foi benéfica para todos os haitianos. Há alguns casos de abusos sexuais relatados por mulheres haitianas. Em fevereiro de 2005, houve a primeira denúncia de abuso sexual, a ocorrência relatava uma mulher haitiana estuprada por três militares paquistaneses. A investigação preliminar realizada pela ONU informou que era um caso de prostituição (Toledo e Braga 2020). Porém, a jovem relatou que "os policiais pediram para uma mulher levá-la a uma plantação de banana com a promessa de lhe dar roupas novas, mas, ao invés disso, a agarraram, abaixaram suas calças, deitaram-na no chão e a estupraram"⁷ (BBC Brasil 2006). Em diversas esferas, o povo haitiano teve sua dignidade violada. E, dessa maneira, os instrumentos da modernidade que prometeram a pacificação e a manutenção da ordem são mais um sinal colonial da exploração liderada por homens, heterossexuais, patriarcais e capitalistas (Grosfoguel 2008).

Em julho de 2021, o presidente haitiano Jovenel Moïse foi assassinado⁸ em sua residência por tentar enviar aos EUA uma lista de pessoas ligadas ao narcotráfico. Bocchit Edmond, embaixador do Haiti nos Estados Unidos, afirmou que os assassinos utilizavam coletes e capuzes da DEA⁹, a agência antidrogas dos EUA. Segundo testemunhas, os assassinos invadiram o local aos gritos e diziam tratar de uma operação da

6. Sigla derivada do francês: *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti*.

7. Houve também o relato de um suposto estupro cometido por um soldado brasileiro em 2004. Apesar de três investigações feitas em 2005, nenhuma prova concreta foi encontrada, porém o soldado acusado foi enviado de volta para o Brasil (Toledo e Braga 2020).

8. O status do Haiti declinou de Parcialmente Livre para Não Livre devido ao assassinato do presidente Jovenel Moïse, um colapso contínuo no sistema eleitoral e outras instituições estatais e os efeitos corrosivos do crime organizado e da violência na vida cívica (Freedom House 2023).

9. Sigla derivada do inglês: *Drug Enforcement Administration*.

agência americana, que negou qualquer associação com o crime (BBC Brasil 2021). No mês seguinte, em 14 de agosto de 2021, o país vivenciou um novo terremoto de magnitude 7,2 na escala Richter que deixou cerca de 2 mil mortos. Segundo a ONU os departamentos mais atingidos pelo sismo foram Nippes e Grand'Anse (ONU NEWS 2021). Vale destacar que Grand'Anse está entre os estados subnacionais mais pobres da LAC. Além disso, o Haiti apresenta mais dois índices de regiões subnacionais mais pobres e com maior incidência de pobreza (PNUD 2023) como pode ser observado posteriormente no gráfico 1.

Ainda, em julho de 2022, uma coalizão de organizações criminosas disputou o controle de Nan Brooklyn, uma localidade situada na região de Cité Soleil em Porto Príncipe. No desfecho do mês, aproximadamente 300 indivíduos perderam suas vidas. Em setembro de 2022, essa mesma coalizão bloqueou o acesso ao principal terminal de abastecimento de combustíveis do país, em resposta ao anúncio do governo de Ariel Henry de reduzir os subsídios aos combustíveis. O governo retomou o controle do terminal em novembro, após supostas negociações com o grupo que o ocupava. Em outubro de 2022, Henry fez um apelo à comunidade internacional para enviar tropas ao Haiti, com o intuito de abordar a crise de segurança no país. Apesar de alguns governos terem considerado a solicitação e funcionários da ONU terem instado os Estados-membros a oferecerem ajuda, entretanto nenhuma força dessa natureza foi mobilizada (HRW 2022).

Em dezembro de 2022, Henry firmou um acordo com um grupo de líderes empresariais e representantes da sociedade civil, que convocou a realização de eleições em 2023 e a instauração de um governo eleito em 2024. Entretanto, uma versão pública desse acordo não foi disponibilizada no Le Moniteur, o periódico oficial do governo, até o término do ano (FREEDOM HOUSE 2023; HAITI 2023).

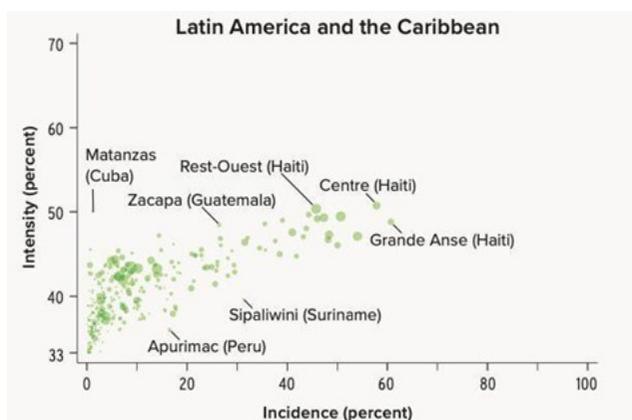


Figura 1. Pobreza Multidimensional por regiões subnacionais na América Latina e Caribe

Nota: O valor mínimo para a intensidade da pobreza é de 33,3 por cento porque o IPM global identifica as pessoas como multidimensionalmente pobres se a sua pontuação de privação for 1/3 ou superior. O tamanho de cada bolha mostra o número de pessoas pobres em cada região subnacional.

É importante observar que a pobreza multidimensional mede não apenas a insufi-

ciência de renda, mas também considera múltiplas privações que indivíduos e famílias enfrentam em relação ao acesso à saúde, educação, serviços básicos e condições de moradia. Isso oferece uma compreensão mais abrangente das várias formas como a pobreza impacta a vida dos haitianos. A situação já grave é exacerbada pela insegurança alimentar, que afeta aproximadamente 50% da população haitiana (IPC 2024). Este cenário é um reflexo direto tanto de condições socioeconômicas frágeis quanto de problemas estruturais mais amplos, como instabilidade política e a presença de gangues violentas. A ausência de um governo estável dificulta a implementação de políticas eficazes que poderiam mitigar a pobreza e promover o desenvolvimento socioeconômico.

A análise recente do *Integrated Food Security Phase Classification* (IPC), indica uma deterioração alarmante nas condições de segurança alimentar quando comparada com as projeções anteriores de agosto de 2023. Cerca de 4,97 milhões de pessoas, equivalente a 50% da população haitiana, estão enfrentando altos níveis de insegurança alimentar aguda no período de março a junho de 2024. Destas, aproximadamente 1,64 milhão de pessoas (17% da população) estão classificadas na fase 4 de Emergência do IPC, e outras 3,32 milhões (33% da população) na fase 3 de Crise. A situação deteriorou-se ainda mais com um aumento de cerca de 532.000 pessoas em condições de insegurança alimentar aguda em comparação às estimativas anteriores, incluindo cerca de 243.500 indivíduos que agora se encontram em situação de emergência (IPC 2024).

Os principais fatores que exacerbam essa deterioração incluem o aumento da violência armada, a elevação dos preços dos alimentos, a reduzida produção agrícola devido a precipitações abaixo do esperado, a descapitalização dos agricultores e a insuficiência de assistência humanitária nas áreas mais afetadas. Apesar dos esforços substanciais dos parceiros internacionais e do governo entre agosto e dezembro de 2023, apenas cerca de 5% da população beneficiou-se da assistência alimentar humanitária. Está previsto que nos próximos meses, os esforços serão intensificados para alcançar aproximadamente 8% da população, com foco particular em La Gonâve e Croix de Bouquet (IPC 2024).

A classificação atual do IPC identifica oito áreas classificadas na fase de Emergência (fase 4). Entre estas estão: o vale do Artibonite, La Grand'Anse rural, La Gonâve, a parte transversal do Ouest e bairros de extrema pobreza como Cité Soleil, Croix des Bouquets e Porto Príncipe. O restante do país ainda enfrenta uma situação de Crise (fase 3 do IPC). Áreas como a cidade de Jérémie, o Haut Plateau, Artibonite e a costa sul apresentam prevalência de insegurança alimentar acima da média nacional de 50%, destacando a gravidade da situação alimentar nessas localidades (IPC 2024).

O relatório do IPC também evidenciou que nos meses iniciais de 2024, houve uma intensificação da violência por grupos armados provocou um aumento significativo no número de deslocamentos internos em busca de segurança, resultando em aproximadamente 362.000 pessoas deslocadas, das quais quase 50.000 foram deslocadas nos últimos três meses. Predominantemente, esses deslocamentos ocorrem a partir de áreas metropolitanas, com cerca de 17.000 pessoas deixando Porto Príncipe para regiões mais seguras, abandonando seus meios de subsistência e enfrentando condições de maior vulnerabilidade. Esta escalada de violência também restringiu a movimentação

de mercadorias, contribuindo para o aumento dos preços dos produtos básicos (IPC 2024).

Em decorrência desse cenário, o Haiti aponta para alarmantes dados de trabalho infantil. Estima-se que 225 mil crianças desempenham atividades como escravas domésticas, frequentemente sem compensação financeira ou acesso à educação. Estão particularmente expostas a situações de abuso físico ou sexual. Outras modalidades de trabalho infantil são amplamente observadas. Com o intuito de escapar das condições socioeconômicas adversas em seu país, muitos haitianos se expõem ao tráfico humano e empreendem jornadas terrestres e marítimas perigosas, buscando países como Bahamas, Brasil¹⁰, Chile, República Dominicana, México e Estados Unidos (TERRA 2024). Apesar da reportagem ser de 2009, dados panamenhos recentes confirmam a diáspora haitiana, conforme indica a Quadro 2:

Tabela 2. Fluxo de pessoas sem documentação na fronteira Colômbia-Panamá (Darién) em 2023

| PAÍS | TOTAL DE DESLOCADOS |
|------------------------------|---------------------|
| VENEZUELA | 328.650 |
| EQUADOR | 57.250 |
| HAITI | 46.422 |
| CHINA | 25.565 |
| COLÔMBIA | 18.841 |
| CHILE (FILHOS DE HAITIANOS) | 5.877 |
| AFEGANISTÃO | 4.267 |
| PERU | 4.093 |
| BRASIL (FILHOS DE HAITIANOS) | 3.838 |
| ÍNDIA | 3.736 |
| OUTROS PAÍSES | 21.546 |

Fonte: Serviço Nacional de Migração do Panamá (PANAMÁ 2023).

Em 2023, as autoridades panamenhas documentaram a passagem de aproximadamente 520.085 indivíduos através da fronteira da selva Darién. O Panamá se confronta com uma das crises de movimentos populacionais mistos mais complexas dos últimos dez anos, inserida em um deslocamento sem precedentes pela América. Após o pico registrado em 2022, no qual aproximadamente 250 mil refugiados e migrantes se arriscam atravessando o Darién em busca de asilo e perspectivas mais promissoras, os dados de 2023 apontam uma tendência ascendente no fluxo de pessoas por esta rota (ACNUR 2023).

Entre esses migrantes, 46.422 são de nacionalidade haitiana. É importante notar que a proporção real é ainda mais significativa, uma vez que os registros incluem 3.838 brasileiros e 5.877 chilenos que, na verdade, são descendentes de haitianos nascidos nesses países, para onde migraram nas primeiras fases do êxodo pós-terremoto de

10. O registro do SISMIGRA (Polícia Federal) de setembro de 2023 indicou que há 126.235 haitianos no Brasil atualmente, sendo 107.056 como residentes, 18.974 com vistos temporários e 205 na condição de provisórios. Ainda, destacou que entre 2016-2021, cerca de 33.533 haitianos ingressaram no Brasil na condição de refugiados.

2010. Em muitos casos, esses indivíduos são crianças com menos de 11 anos de idade (PANAMÁ 2023). Tal fenômeno infere uma diáspora haitiana contínua após o terremoto de 2010, uma vez que a selva do Darién foi frequentemente caracterizada como uma das regiões mais inóspitas do globo, e segundo os registros do Serviço Nacional de Migração do Panamá tem se caracterizado como uma rota notória para migrantes, especialmente sul-americanos que buscam chegar clandestinamente aos Estados Unidos através da América Central. Contudo, para sobreviver a essa perigosa jornada, que abrange uma extensão de 5 mil km² de matas tropicais, montanhas íngremes e rios, é necessário enfrentar não apenas as adversidades do clima e do terreno, mas também lidar com animais venenosos, escassez de água potável e a presença de gangues criminosas e grupos guerrilheiros.

Tal cenário, aliado ao fenômeno da globalização e do capitalismo, contribuíram para que o Haiti se mantivesse por mais de 200 anos sob a submissão da comunidade internacional. Esses fatores acentuam a crise socioeconômica, política e ambiental que acomete o país (Pinto 2018) ilustradas neste artigo através da Tabela 1, com foco na diáspora silenciosa haitiana crescente na América Latina e evidenciada no gráfico a seguir através da comparação dos índices de crescimento do PIB per capita haitiano em detrimento ao dos Estados Unidos, China, União Europeia e América Latina/Caribe.

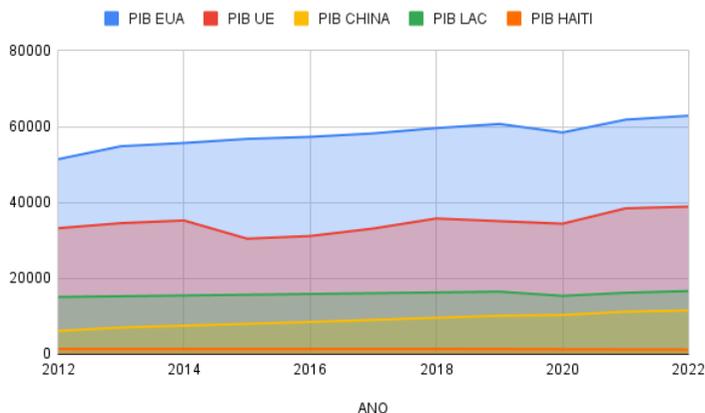


Figura 2. PIB per capita (2012-2022)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2023).

A média de crescimento anual do PIB per capita haitiano é de $-0,01\%$. Enquanto a média de crescimento na LAC é $1,2\%$. A China apresentou o PIB per capita nos últimos 10 anos de US\$9309,179. Por outro lado, o PIB per capita da União Europeia teve uma média de US\$38.915,641 em 2022 e o dos Estados Unidos indicou US\$62866,71. Mignolo (2005) defende um sentimento de inferioridade imposto àqueles que não se enquadram no modelo predeterminado nas narrativas euro-americanas¹¹.

11. Há uma limitação nesta análise, uma vez que o PIB per capita, ao dividir o Produto Interno Bruto pelo número de habitantes, oferece uma estimativa de quanto do PIB seria atribuído a cada indivíduo se

Nesse sentido, a teoria decolonial corrobora com Marx (2013) ao defender a tendência do capitalismo em gerar desigualdades econômicas significativas entre diferentes classes sociais, argumentando que isso está enraizado na própria lógica do sistema. É possível observar no Gráfico 2 a acumulação de capital nas mãos de uma pequena elite capitalista, em detrimento da maioria da população trabalhadora, como uma característica inerente ao sistema (Mignolo 2005; Marx 2013; Spivak 2014).

4. Considerações finais

Este artigo teve como objetivo central responder à questão de como a perspectiva teórica decolonial pode ser mobilizada para analisar os processos contemporâneos de instabilidade no Haiti. Ao adotar uma abordagem decolonial, buscou-se desvendar as camadas de poder e as estruturas de dominação enraizadas que têm perpetuado a instabilidade e o subdesenvolvimento no país. Através da revisão de literatura e análise de eventos históricos e atuais, o artigo discutiu como as práticas coloniais e neocoloniais continuam a moldar as dinâmicas políticas, econômicas e sociais haitianas, limitando as capacidades de desenvolvimento autônomo do país. Entretanto, compreende-se que o artigo não explora plenamente as alternativas oferecidas pela matriz da colonialidade do poder. Deixam-se abertas as intenções de continuidade da pesquisa, sendo possível desenvolver essa temática com a utilização de outros modelos teóricos, como também através da abordagem de categorias não contempladas neste estudo como a de sexualidade. Nesta análise contextual, tornou-se evidente a persistência das feridas coloniais que afetam o Haiti ao longo de seus mais de dois séculos de independência. Uma crise de poder é notória, caracterizada pela disparidade socioeconômica e pela persistente recessão econômica. O país se insere no sistema-mundo, uma vez que o capitalismo, desde sua origem, tem sido um sistema social de economia-mundo, transcendentalmente além das fronteiras nacionais ou regiões específicas, e, portanto, está sujeito à influência da economia global (Freitas 2011; Pinto 2018).

Dado que a colonialidade é percebida como o lado sombrio da modernidade e sua parte inerentemente constitutiva (Mignolo 2017), é plausível afirmar que o país não acompanhou o processo de modernização, o qual é resultado das diversas mudanças trazidas pela globalização, bem como pelos avanços tecnológicos e científicos. Tal fato é evidenciado pela limitada capacidade produtiva do Haiti e sua contínua submissão em âmbito internacional (Pinto 2018). Esta conjuntura nos revela que o atual modelo de Estado ainda é permeado pelo legado da colonialidade, incapaz de instaurar e administrar uma instituição democrática que seja robusta e soberana, promovendo efetivamente a independência do país. Ainda que não esteja sob o controle de um império colonial, a periferia continua envolta nas garras de regimes criados e financiados pelos beneficiados na colonialidade (Quijano e Wallerstein 1992).

O Haiti se depara com uma conjuntura de crises políticas, de segurança e sanitárias simultâneas. Facções criminosas de considerável influência exercem controle sobre

houvesse uma distribuição igualitária. No entanto, é fundamental perceber que o PIB é um indicador sintético da economia de um país e não abarca aspectos cruciais como a distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. Dessa forma, embora o PIB per capita proporcione uma compreensão relevante, é imperativo considerar outras métricas e contextos para uma avaliação completa da situação econômica e social de um país. Como o escopo desta pesquisa aborda a situação haitiana, os aspectos referentes ao Haiti são tratados nas demais seções do texto.

aproximadamente metade do território nacional, incluindo 90% da área urbana central de Porto Príncipe, culminando em uma onda de violência indiscriminada direcionada à população civil. A restauração da segurança, torna-se cada vez mais uma utopia. A escassa capacidade estatal prenuncia que a reconstituição da estabilidade se revelará um processo de longa duração e de complexidade acentuada, portando significativas implicações de ordem política e econômica a médio prazo para o país.

Recebido em: 24/11/2023.

Aprovado em: 08/05/2024.

Referências

- ACNUR, ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. 2023. *Panamá: recorde de 100 mil refugiados e migrantes atravessaram a selva de Darién no início de 2023*. Acesso em: 3 out. 2023. <https://www.acnur.org/portugues/2023/04/17/panama-recorde-de-100-mil-refugiados-e-migrantes-atraversaram-a-selva-de-darien-no-inicio-de-2023/>.
- Ballestrin, Luciana. 2013. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política* (Brasília), número 11, 89–117.
- BBC Brasil. 2006. *Em dois anos, 32 mil mulheres são estupradas no Haiti*. Acesso em: 1 out. 2023. https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/09/060905_haitivienciapu.
- . 2021. *Jovenel Moïse: 4 incógnitas sobre o assassinato do presidente do Haiti*. Acesso em: 1 out. 2023. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57875162>.
- Buteau, Pierre. 1993. Une problématique de l'identité. *Conjonction. L'indigénisme*, número 1978, 11–35.
- Castro-Gómez, Santiago. 2005. *La Poscolonidad explicada a los niños*. Bogotá: Universidad Javeriana.
- Corbellini, Mariana Dalalana. 2009. Haiti: da crise à MINUSTAH. Dissertação (Mestrado) – Curso de Relações Internacionais. Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Du Bois, W. E. B. 2007. *Black Reconstruction in America: an Essay toward a History of the Part Which Black Folk Played in the Attempt to Reconstruct Democracy in America, 1860–1880*. New York: Oxford University Press.
- Étienne, Sauveur Pierre. 2007. *L'énigme haïtienne: échec de l'État moderne en Haïti*. Mémoire d'encrier. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal.
- Farmer, Paul. 2006. *The Uses of Haiti*. Monroe: Common Courage Press.

- Figueiredo, Eurídice. 2006. O Haiti: história, literatura, cultura. *Revista Brasileira do Caribe* (Goiânia) 6 (12): 371–395.
- Freedom House. 2023. *Status de liberdade haitiana*. Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/haiti/freedom-world/2023>. Acesso em: 1 out. 2023.
- FREEDOM HOUSE. 2023. *Status de liberdade haitiana*. Acesso em: 1 out. 2023. <https://freedomhouse.org/country/haiti/freedom-world/2023>.
- Freitas, Soraya Matos de. 2011. Qual Silêncio? O Haiti nas páginas dos primeiros periódicos brasileiros. Em *XXVI Simpósio Nacional de História*. XXVI Simpósio Nacional de História, 2011. São Paulo.
- Grosfoguel, Ramón. 2008. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 80.
- HAITI. 2023. *The Economist*. Acesso em: 1 out. 2023. <http://country.eiu.com/haiti>.
- HRW, HUMAN RIGHTS WATCH. 2022. *Haiti: Onda de violência aprofunda crise*. Acesso em: 30 abr. 2024. <https://www.hrw.org/pt/news/2022/07/22/haiti-wave-violence-deepens-crisis>.
- IPC, Integrated Food Security Phase Classification. 2024. *Haiti: Acute food security situation projection update for March – June 2024*. Acesso em: 30 abr. 2024. https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ipcinfo/docs/IPC_Haiti_Acute_Food_Insecurity_Projection_Update_Mar_Jun2024_Report_French.pdf.
- James, C. L. R. 2000. *Os jacobinos negros: Toussaint L’ouverture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo.
- Maldonado-Torres, Nelson. 2016. *Outline of Ten Theses on Coloniality and Decoloniality*. Acesso em: 2 mai. 2024. https://fondation-frantzfanon.com/wp-content/uploads/2018/10/maldonado-torres-outline_of_ten_theses-10.23.16.pdf.
- Marx, Karl. 2013. *O Capital: crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Matijascic, Vanessa Braga. 2010. Haiti: uma história de instabilidade política. Em *Encontro Regional de História, 20, 2010*, 1–17. Franca: Anpuh/Sp.
- Mignolo, Walter. 2003. *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- . 2005. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial.
- . 2007. *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa.
- . 2010. *Desobediencia epistémica. Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. 126. Buenos Aires: Ediciones del Signo.
- . 2017. Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 32 (94): 1–20.
- ONU NEWS. 2021. *Terremoto no Haiti afetou 1,2 milhão de haitianos, metade são crianças*. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/08/1760262>. Acesso em: 1 out. 2023.

- PANAMÁ, SERVIÇO NACIONAL DE MIGRAÇÃO DO. 2023. *Dados sobre migração irregular em trânsito por Darien por país*. Acesso em: 1 out. 2023. <https://www.datosabiertos.gob.pa/dataset/migracion-irregulares-en-transito-por-darien-por-pais-2023>.
- Pinto, Joseane M. Schuck. 2018. *Os deslocamentos forçados de haitianos e suas implicações: desafio global na sociedade de risco*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2023. *2023 Global Multidimensional Poverty Index (MPI): Unstacking global poverty: Data for high impact action*. Acesso em: 30 abr. 2024. <https://hdr.undp.org/en/2023-global-multidimensional-poverty-index>.
- Quijano, Aníbal. 2000. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-Systems Research* 11 (2): 342–386.
- . 2005. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, editado por Edgardo LANDER. Colección Sur Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- . 2014. Colonialidad del poder y clasificación social. Em *Cuestiones y Horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*, editado por Danilo Assis ClímaCo, 285–327. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140424014720/Cuestionesyhorizontes.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2024. Buenos Aires: CLACSO.
- Quijano, Aníbal e Immanuel Wallerstein. 1992. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. *International Social Science Journal* 44 (4): 549–557.
- Segato, Rita. 2021. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Seitenfus, Ricardo. 2014. *Haiti: dilemas e fracassos internacionais*. Ijuí: Editora Unijuí.
- Silva, Lucas Trindade. 2015. Colonialidade do poder como meio de conhecimento: em torno de seus limites e potencialidades explicativas. *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP* 22 (2): 204–221.
- Silva, Paulo Ferreira. 2023. Teoria da colonialidade do poder e a epistemologia/gnosiologia pluriversal. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia* 51 (1).
- Spivak, Gayatri Chakravorty. 2014. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- TERRA. 2024. *225 mil crianças trabalham como escravos no Haiti*. Acesso em: 1 mai. 2024. <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/america-latina/haiti-225-mil-criancas-trabalham-como-escravos-diz-estudo,2c5d803f3f40b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>.
- Toledo, Aureo e Lorraine Morais Braga. 2020. Abuso e exploração sexual em operações de paz: o caso da MINUSTAH. *Revista Estudos Feministas* 28 (3).